

Espaços, sociabilidades e associativismo: primeiras notas sobre a biografia de João dos Reis Antunes

Paula Godinho

Em memória de João dos Reis Antunes
Para Carminda Antunes, João Antunes e Maria Romeiro

Tanta terra no mundo para morrer, tão pouca para viver.

Ana Margarida de Carvalho (2013) *Que importa a fúria do mar*, Lisboa, Teorema:12

No dia 25 de Novembro de 2014 morreu João dos Reis Antunes (1944-2014). Conheci-o num dos almoços que reúnem um conjunto de antigos militantes do MRPP, todos os meses, desde o ano 2000. *Um homem só não vale nada*, escrevia Manuel da Fonseca. É aparentemente paradoxal que, no âmbito de um texto sobre associativismo, tenha escolhido tratar uma única das histórias de vida de um projeto em curso sobre os militantes operários de uma organização maoista nos últimos anos da ditadura portuguesa e interrogar o associativismo, os seus espaços, as redes de entretencimento e as sociabilidades. Contudo, a partir de elementos da biografia deste militante maoista recentemente falecido, pretendo ilustrar alguns aspetos de que se reveste o associativismo nas décadas de 1960-70 em Lisboa. Em termos teórico-metodológicos, socorro-me de Franco Ferrarotti (1990), que não descarta a abordagem do grupo primário e das associações, mas permite-nos perceber que as vidas dos indivíduos são sínteses verticais de uma história social, e, por outro lado, os comportamentos e as ações dos indivíduos constituem uma síntese horizontal numa estrutura social (Godinho, 2001). Assim, esta biografia pode constituir um grão de areia através do qual interrogo o papel do associativismo enquanto modalidade de união entre os indivíduos, nomeadamente entre os que provêm dos grupos sociais subalternos, destinada a edificar modelos de vida e bem-estar, modos de cultura e lazer, desporto e

recreação à sua medida, bem como a mobilizar-se no combate à ditadura fascista e na edificação de modelos micro-sociais alternativos.

Quando conheci João Reis Antunes, há cerca de dez anos, ele integrava um grupo informal, constituído por antigos militantes sobretudo operários do MRPP que reúnem mensalmente para almoçar, conviver e conversar. Desde 2000 iniciaram estes almoços, primeiro num dia de semana, depois ao sábado, e, de novo agora, na primeira terça-feira de cada mês, num restaurante modesto da Quinta do Cabrinha, em Lisboa. É significativa a escolha do local, num antigo bairro operário, bem como a ocupação, no espaço do restaurante, de um reservado nas traseiras, onde o grupo se sente à vontade. Por volta da uma da tarde, reúnem-se à porta, cumprimentam-se efusivamente e conversam. São sobretudo homens, têm quase todos mais de sessenta e cinco anos e falam de política, mas também de literatura, de cinema, de futebol, da vida. Alguns vêm de longe, outros reencontram-se fora deste momento mensal, convivendo em grupos mais pequenos, participando em algumas manifestações conjuntamente, apoiando-se na doença e acompanhando-se nos lutos. Inicialmente, encontravam-se num restaurante na Feira Popular, entretanto desativado. Por vezes, vêm algumas mulheres, também antigas militantes. Há alguns anos, um deles fez uma lista de contactos e enviou a todos os participantes, de modo a que fosse mais fácil comunicarem via mail e/ou telemóvel. A iniciativa partiu de Guerreiro Jorge, engenheiro reformado dos TLP, e antigo operário das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, em Alverca. De forma brincalhona, chamam-lhe «secretário-geral dos almoços», já que se encarrega de manter os contactos e telefonar a lembrar.

Todos os participantes nestes momentos de comensalidade e convivência integraram uma organização maoista, com grande atividade nos últimos anos da longa ditadura portuguesa e durante o processo revolucionário, o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado. O MRPP foi um partido político de orientação maoista, fundado clandestinamente em Lisboa, em Setembro de 1970, tendo como fundadores no seu comité central dois operários – João Machado e Vidaul Froes – e dois juristas – Fernando Rosas e Arnaldo Matos. Destacou-se pelo seu ativismo anticolonial, através de uma intensa campanha de propaganda e de manifestações de rua. Em 12 de Outubro de 1972, a Pide assassinou José António Ribeiro Santos, membro da organização estudantil do MRPP. Converteu-se em 1976 no Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses (PCTP-MRPP), e continua a

participar nos atos eleitorais, embora não tenha logrado ainda representação parlamentar.

Tal como João Reis Antunes, muitos dos comensais foram operários nas Oficinas Gerais de Material Aeronáutico (OGMA), em Alverca. Alguns deles participam noutros almoços memorialistas, quer de outras organizações da esquerda radical pelas quais se dispersaram, quer de distintos sectores, com as suas recordações específicas, inseridas nas memórias mais gerais quanto ao MRPP. Conquanto esse movimento tenha tido um papel significativo no combate à ditadura e na luta contra a guerra colonial, foi omitido pela historiografia, exotizado, descrito pelos seus detratores e mesmo pelos esbirros da polícia política que o combateu (Godinho, 2005; Godinho, 2007; Godinho, 2011; Godinho, 2015). Com António Monteiro Cardoso iniciei há alguns anos uma investigação acerca deste grupo, assente nas suas memórias, tomando como unidade de análise os que se reúnem nesse momento de comensalidade mensal, que é essencial à manutenção de um grupo e à reprodução da sua memória, com garantias de continuidade. A narração de vida de João Reis Antunes foi recolhida por ambos, sendo posteriormente transcrita por bolseiros do Instituto de Estudos de Literatura Tradicional, onde fui investigadora: Ana Candeias, Hugo de Sá Ribeiro e Pedro Mogárrio. Posteriormente, foi editada por mim e António Monteiro Cardoso, tendo sido revista pelo biografado, com a ajuda de Guerreiro Jorge.

Embora seja muito complexa e diversa, a cultura é algo ordinário, que toda a gente tem, escrevera Raymond Williams. É sempre histórica: num dado momento, inclui continuidades com o passado e reações do presente (Williams, 1958:266). Numa mutação que terá provavelmente ocorrido no decurso do séc. XIX, sob a instigação de um crescente nacionalismo, o conceito, antes associado ao “*modo, e arte, o trabalho de cultivar a terra (...) a cultura do ingenho, do entendimento, instruindo-nos*”, com remissão para a “cultivação”, o “cultivado”, o “culto” (Bluteau, 1789, vol. 1:354), virá a transformar-se na assunção básica das aspirações que guiam uma coletividade, um povo, uma nação. Trata-se de um processo significativo através do qual uma ordem social é comunicada, reproduzida, experimentada e explorada, sendo constituinte de outros processos sociais e não o seu simples reflexo ou representação (Godinho, 2010:67).

Com o adjetivo “popular” emparelhado, embora se lhe atribua “graça” e “encanto”, a cultura desvaloriza-se e torna-se um resíduo de valor inferior. A explicação só pode estar no adjetivo ou na forma substantiva de que provém, remetida para os grupos sociais subalternos. Num estudo sobre a América Latina, William Rowe e Vivian Schelling afirmam que chamar “popular” a algo implica uma oposição, contrapondo a cultura popular à cultura erudita das elites, com uma continuidade má entre a cultura popular e a cultura de massas (Rowe e Schelling, 1991:2). Uma e outra têm em comum serem sempre indicadas como alheias, dos outros, porque quem escreve sobre elas fá-lo à distância. Também é corrente a remissão da cultura popular para o domínio da tradição, remetendo-a para o passado, desenquadrando-a da vida urbana e industrial, a que se associa o desenraizamento, a mudança e a modernização (Fabian, 2009:194). Neste texto, os formatos do associativismo abordados, num período histórico bem preciso – o final da década de 1960 e os primeiros anos da seguinte – são enquadrados no domínio da cultura popular, ou seja, como produção por parte dos grupos sociais subalternos, que incorpora a mudança e a resistência, constituindo um modo de vida (Williams, 1958:325).

A cultura dos trabalhadores não é produzida só para eles, nem só por eles (Williams, 1958:319-20). Numa manifestação de hegemonia, as ideias e as práticas dominantes são as dos grupos dominantes, num dado contexto e conjuntura (Williams, 1958:320-1). Contudo, mesmo quando uma dada classe social é dominante, é possível que os membros doutras classes concorram para o bolo comum, através de um processo de seleção, cujas contribuições podem alterar e opor-se aos valores da classe dominante (Godinho, 2013a).

Pelas características do tempo, e nomeadamente pela existência de uma guerra colonial que tornava ecuménico o combate à ditadura, alguns ambientes associativos ao longo da década de 1960 distanciavam-se de modalidades anteriores, em resposta às novas condições. O contacto entre jovens de grupos sociais distanciados foi propiciado por esse problema comum: a guerra colonial. Um outro dos entrevistados no âmbito deste projeto alega que a junção de estudantes e jovens trabalhadores fora propiciada aquando das cheias de 26 de Novembro de 1967. Então, grupos de estudantes da universidade de Lisboa dirigiram-se para as zonas afetadas, confrontando-se pela primeira vez com as duras condições de vida das populações.

Essas cheias, que deixaram um rasto de morte e destruição em alguns dos concelhos periféricos da cidade de Lisboa, deram igualmente legibilidade às assimetrias sociais na sua resistência às catástrofes: o Estoril foi a povoação que mais pluviosidade registou, mas não sofreu estragos. Para os jovens dos locais atingidos, a ida de estudantes em brigadas de auxílio propiciou um contacto inusual, que terá sido marcante. A inserção numa cultura juvenil mundial, com um stock comum de práticas e vivências, tinha introduzido fatores de comunhão entre jovens separados pela classe social de proveniência, numa sociedade de grupos extremados e com uma escassa classe média.

Um homem no associativismo: João dos Reis Antunes

João Reis Antunes nascera em Alter do Chão em 1944, filho de um carpinteiro e de uma modista. O avô materno guardava os porcos de um latifundiário, em cujo monte vivia, enquanto os avós paternos eram hortelãos, numa horta arrendada, vendendo os produtos no mercado de Alter. Quando os pais partiram para Lisboa, ficou com os avós maternos, num arranjo feito dentro do núcleo familiar para corresponder da melhor forma às necessidades do processo migratório dos adultos para a cidade grande. Na Lisboa da época, escasseavam os locais onde um jovem casal pudesse deixar em segurança um filho, enquanto trabalhava. Assim, a solução de ficar com os avós pareceu a mais adequada. João fez o ensino primário em Alter do Chão e só se juntou aos progenitores com dez anos, em 1954-55. Seguindo o que era habitual entre as famílias e os amigos recém-chegados à cidade grande, que a etnografia registou para o bairro de Alfama (Guerreiro e Costa, 1984) ou da Bica (Cordeiro, 1997), os primeiros anos em Lisboa ficaram marcados pelo saltitar entre várias casas, utilizando a rede familiar que já se instalara na cidade grande, entre um quarto alugado onde se acomodava toda a família, a parte-de-casa com serventias, a coabitação com outra família, até à casa unifamiliar:

“Os meus pais moraram em vários sítios. O meu pai veio primeiro, e foi morar para casa de uma prima, junto ao Alto da Ajuda. Depois, veio a minha mãe, e foram morar aqui para Belém, para casa de uma prima. (...) A casa era pequeníssima, mas recebia muita gente lá da

terra, primos e até parentes afastados. Era um ponto de passagem para os que vinham de Alter. Ficavam ali uns meses, até arranjam outro sítio, mas ficavam sempre com uma ligação. Depois, os meus pais alugaram um quarto na rua da Junqueira, ao pé de onde é hoje a universidade Lusíada. (...) Dormia num vão de escada, numa arrecadação, ao pé do quarto onde a minha mãe costurava, e aquela casinha era onde ela fazia as provas. (...) Dali passámos para a rua Luís de Camões, n.º 55, 3.º direito, no Alto de Santo Amaro, de onde voltámos para a Rua da Junqueira, n.º 386, para uma parte de casa, alugada a um velhote, reformado da fábrica do açúcar, chamado Manuel Gomes, que era o presidente da Sociedade Musical Alunos de Alves Rente.”

Esta primeira referência a uma coletividade popular será replicada sucessivamente ao longo da narração de vida, ecoando igualmente nos documentos do arquivo da polícia política portuguesa referentes a João Reis Antunes.

“Outra atividade importante foi nas coletividades. O dono da casa onde eu morava, na rua da Junqueira, era um velhote, chamado Manuel Gomes, que era presidente da Sociedade Musical Alunos de Alves Rente, que fica na mesma rua e está agora a fazer cento e dezanove anos. Esse homem, digo eu hoje que era anarquista, foi quem me deu os primeiros livros proibidos, que não eram de política, mas livros sobre sexo, que eram considerados arrojados. Ele emprestava-me livros e estimulava-me a ler. Era um homem, que vinha do tempo do anarco-sindicalismo. Tinha trabalhado na fábrica do açúcar ao pé da estação dos comboios de Alcântara, onde está agora um condomínio. Então, quando tinha aí uns dez anos ia lá a essa coletividade, para o teatro e a uns bailaricos. Comecei a integrar-me na vida associativa. Ainda miúdo entrei em duas ou três peças.”

Embora em condições de ditadura, que haviam feito razia nas coletividades, infiltrando-as com elementos da Legião Portuguesa e outros sequazes do salazarismo, começara a surgir gente mais politizada, como dá conta um relatório de um agente da PSP que referirei. Apareciam estudantes e antigos militantes expulsos do Partido Comunista Português (PCP), sendo referido por João Reis Antunes o nome de Francisco Martins Rodrigues, bem como de outros militantes comunistas.

“Em relação ao trabalho na coletividade (Sociedade Musical Alunos de Alves Rente) é interessante referir que nós, durante dois anos, estivemos na direcção. Foi uma fase bastante rica, porque tínhamos a biblioteca, cursos do primeiro ciclo e depois também do segundo, que eram dados por esses tais estudantes, que iam lá. Era uma escola nocturna onde, durante dois anos, operários, rapazes e raparigas, fizeram o liceu como externos. Tínhamos o teatro,

organizávamos cantorias e havia uma secção cultural, que depois foi atacada pela PIDE, que foi lá e levou os ficheiros todos. Por causa disso, a malta da secção cultural mudou-se para a Coletividade do Rio Seco onde fizemos algum trabalho na biblioteca e outras iniciativas.”

Nas coletividades, nesta fase, o intercâmbio era geracional e de classe:

“(…) entre os mais velhos que transportavam a chama do conhecimento, tinham o valor da cultura, eram operários instruídos, não do ponto de vista da escola, mas eram cultos. A gente nova ouvia-os falar e ficava de boca aberta. “Este homem sabe tudo”, pensávamos nós jovens, ao ouvir falar aqueles homens como o Manuel, do Rio Seco, que era um canteiro anarquista e outras pessoas. (...) Depois havia os jovens estudantes que iam lá e a gente também ficávamos de boca aberta a ouvi-los falar sobre o progresso, essas coisas. Além disso, era o exemplo que eles nos davam, ao dedicarem a vida, quer dizer os tempos livres, aos outros e isso era importante.”

“Por um lado, havia os mais velhos que eram uma riqueza da vida associativa, homens que dedicaram a vida, os chamados carolas, que viviam para as sociedades de cultura e recreio. Organizavam debates, conferências, espetáculos, desenvolver o teatro e as bibliotecas. Depois surgiram jovens estudantes, que queriam desempenhar um papel importante no desenvolvimento, no progresso da sociedade... das coletividades, junto da classe trabalhadora que as frequentava.

Deu-se ali uma junção, um intercâmbio, que foi uma fase muito rica para mim e para as pessoas que a viveram naquela altura, que englobava milhares de pessoas...”

Os conflitos viriam a surgir entre as direções de coletividades mais fiéis à política corporativa, que enquadravam gente da polícia política e membros da Legião Portuguesa, e uma nova geração:

“Naquela altura, a coletividade estava praticamente expurgada, porque uns tinham sido expulsos, outros afastados. As assembleias gerais, aquilo ali eram autênticas batalhas entre a malta nova, de estudantes e tal e havia os outros, os tradicionalistas, que já lá estavam e não queriam sair daquilo e estavam contra que se fizesse, por exemplo, uma biblioteca.”

Alguns elementos da cultura expressiva da cidade de Lisboa, que o Estado Novo se encarregara de depurar, como o fado de contraste, que assinala e condena a desigualdade social e a repressão, são igualmente referidos:

“Havia fado, mas era à porta fechada, à noite e só para alguns, com aquelas letras sobre o doutor e o operário, que eram proibidíssimas, mas que se faziam. Isto é, fizeram-se algumas, mas não era hábito. Esse fado do doutor e do operário realçava as potencialidades do trabalhador, pois era tudo feito pelas mãos deles. O operário perguntava ao doutor quem é que tinha feito a cadeira em que ele estava sentado e essa mesa, quem é que a fez?”

Outros géneros musicais se juntavam a estes formatos populares:

“(…) ali naquela zona, nas sociedades, sempre houve esse convívio entre rapazes e raparigas, era mais à base do teatro, porque havia também uma trupe de bandolas e bandolins. Aquilo já era muito antigo, e foi por aí que começou a sociedade. O maestro Alves Rente é que ensaiou os primeiros. Não eram tunas que se chamavam, eram bandolas e bandolins. Ainda assisti e participei em muitos bailes, que eram animados por eles.”

“Na Alves Rente, organizámos algumas sessões de canto popular, em que veio o Rui Mingas e o António Macedo. O Zé Afonso também foi convidado, mas não pode vir.”

O baile, em que se juntavam, sob vigilância familiar, as raparigas e os rapazes, detinha um papel importante na convivialidade. O gira-discos trouxera autonomia em relação aos grupos de baile, só convidados em ocasiões especiais, e através dele a cultura-mundo conseguia circular, com os discos ouvidos que unificavam o gosto de uma geração.

“Eu e o outro moço éramos os gajos do gravador e do gira-discos, para os bailaricos. Ainda hoje às vezes lembro-me da música daquela altura, do “São Francisco”, dos bailaricos, do hula hoop. Nós é que púnhamos lá os discos, organizávamos aquilo semanalmente. Era uma forma de chamar, de cativar as pessoas. Também havia o bar.”

A atividade intensa passava igualmente pelo campismo, pelo desporto e pela comensalidade ao ar livre, nos tempos de lazer:

“Também fazíamos campismo, normalmente selvagem, no Bico da Areia, outras vezes em Sesimbra. Muitas vezes acampávamos na praia. Íamos também para a Ericeira, para uns pinhais que ali havia, mas isso era mais o grupo do bairro. Mais tarde, também fiz campismo com a minha família, quando se podia fazer campismo selvagem, mas depois desisti.”

“Fez-se uma vez um piquenique, organizado pela Intercolectividades, ali em Carcavelos, na mata, que acabou por ser proibido, mas que se realizou. Fretaram-se comboios, a Guarda Republicana ocupou as estações, mas aquilo fez-se. Houve discursos. Foi logo na fase das eleições de '69, para aí.”

A Intercolectividades, a que se ligaram elementos próximos do Partido Comunista Português, agrupou todas as coletividades da zona ocidental da cidade, entre as quais a Alves Rente, a Academia de Santo Amaro, ou o Cruzeirense.

O papel das organizações católicas, numa igreja que se renovara depois do concílio de Vaticano II, é evidenciado neste percurso:

“A partir aí dos treze, catorze anos, apareceu a JOC na minha vida, através de um rapaz, que era do Sabugal, um grande amigo. (...) Na escola primária eu tinha feito aquelas coisas da igreja, mas estava completamente desligado. Aí pelos treze, catorze anos, conheço esse rapaz e começámos a ir à igreja de Belém. Havia lá um padre que estava metido na política, que se juntava com a malta e começou a despertar-nos para a JOC. (...) fundámos um grupo da JOC lá em Belém, que abrangeu mais de sessenta rapazes. Tínhamos várias atividades ligadas à igreja, tanto do ponto de vista religioso como social. Foi quando nós começámos a despertar e fundámos um jornal, O Baril, que era distribuído pela malta nova. Quem nos dirigia era o padre Alberto Neto, que muitos anos mais tarde foi assassinado. Depois veio outro padre, também chamado Alberto, que ainda era mais dinâmico, e havia o prior, o padre Felicidade Alves, que não tinha assim muitas relações connosco, porque era um bocado arisco. De maneira que tínhamos uma sede dentro dos Jerónimos, em cima, nos claustros, onde aparecia a malta, jogávamos lá pingue-pongue, fazíamos campismo e outras atividades. A partir daí fui convidado para fazer parte da direção diocesana da JOC, que tinha sede perto da Sé e à qual pertenci durante um ou dois anos. O presidente da direção era o Cesário Borga, que depois foi para a revista Flama e mais tarde foi jornalista da RTP. Faziam também parte da direção o Manuel Lopes, depois dirigente da Intersindical. Era uma série de malta empenhada. Eu era o responsável pela JOC Júnior, que integrava miúdos dos doze aos dezassete anos, de uma zona que ia desde Torres Vedras até Cascais e que organizava jogos e outras atividades, que eu coordenava. Eu era pouco mais velho, porque ainda não tinha dezoito anos. Em geral, os membros da JOC de Belém eram operários, aliás eu sempre disse que o que me ligou mais à JOC foi o “O”. Começava a despertar em mim um sentimento de classe, embora nessa altura eu estivesse a estudar eletricidade na escola Marquês de Pombal.”

A par ou em sequência, com o espírito do tempo, haviam surgido várias organizações, pelas quais se circulava sem regime de incompatibilidades, entre o

associativismo de bairro, organizações católicas como a Juventude Operária Católica (JOC) e a Liga Operária Católica (LOC), cooperativas livreiras como a Livrope, associações ou cooperativas de católicos de esquerda, como a Pragma ou Cineclubes como o Cineclubes Imagem ou o Cineclubes Universitário.

“Esta fase na JOC também envolveu uma ligação a certas coisas de cultura, como a PRAGMA, e a um centro cultural operário, que era um centro da LOC, onde se faziam cursos de sindicalismo, entre outros temas. Nesses cursos e encontros tive a sorte de conhecer pessoas únicas como o Emídio Santana. (...) houve esse envolvimento na PRAGMA e é nessa altura que surge também o empenhamento nas coletividades de cultura e recreio. Na JOC havia a ideia de que tínhamos de estar ligados ao povo, ligados às massas, tal como diziam os maoistas, embora a linguagem não fosse essa. Era mais difundir a palavra de Deus e ir para a luta também, porque a gente já tinha essa consciência.”

Na história de vida, os espaços, os tempos e os lugares de encontro dão conta do esbatimento de grupos sociais, em que a oposição ao regime congregava, levando a salientar o que unia em detrimento do que separava. Os formatos associativos podiam contrariar mesmo o *habitus* familiar:

“Eu entrei na atividade política não tanto por influência familiar, mas porque vivi numa conjuntura, em que tive a sorte de conhecer determinadas pessoas, desde os padres progressistas de Belém, até pessoas como o Vitor Wengorovius e outras que encontrei na SEDES, na PRAGMA, onde assisti a muitos colóquios e participei em reuniões. (...) Nessa fase da JOC diocesana, (...) era católico progressista. Não estive na [capela] do Rato, mas assinei aquele manifesto dos 101 católicos, contra o regime, contra o Salazar e contra a repressão. Foi nessa altura também que, nós os católicos, começámos a falar do sindicalismo clandestino. O Manuel Lopes, da JOC, era dirigente do sindicato dos têxteis de Lisboa. Tive ligação com outras pessoas como o Vitor Wengorovius, um homem que também teve alguma importância na minha vida, um advogado ativista, católico, que me proporcionou o conhecimento de outras pessoas. No escritório dele juntavam-se pessoas de várias correntes, do PCP até à FAP. Isso nessa altura teve alguma importância. Tanto por esse lado, como na coletividade, começavam a aparecer determinadas ideias e influências. Como eu costumo dizer, era fruto da época.”

No Arquivo da PIDE-DGS constam 4 processos em nome de João dos Reis Antunes, que era já operário das OGMA e estudante na escola noturna, sendo alternadamente designado como estudante ou como electricista, um dos quais devido à

subscrição de um manifesto de católicos. O primeiro desses documentos parece ser produzido para entrar nas OGMA. Em 9.09.65, o subinspetor da PIDE António Baptista informa que «*Moral e Politicamente nada consta em seu desabono*», enquanto de Alter do Chão, o Presidente da Câmara Municipal escreve que já lá não reside há muitos anos. Um outro processo consultado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo alude a uma notícia do *Diário de Notícias* de 5 de Novembro de 1965:

“É um dos subscritores do «manifesto» que um «Grupo de Católicos» distribuiu ao país, no qual marcam a sua posição de apoio ao «manifesto» da «OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA» que se propõe disputar as eleições para deputados à Assembleia Nacional a realizar em 7 de Novembro próximo” (SC 3391-E/GT, PIDE-DGS).

A polícia política manda pedir uma fotocópia do seu Bilhete de identidade, que está em anexo, através do qual ficamos a saber que tem 1.62 e olhos castanhos, sendo a sua identidade atestada por duas testemunhas, como era vulgar na época. Um deles vivia na Rua da Junqueira, bem perto, e o segundo era seu vizinho na Rua do Embaixador, a Belém, onde também residia João Reis Antunes, uns números de polícia à frente.

É indicado como um dos signatários do referido documento, intitulado «Um testemunho de católicos», que teria resultado de um encontro em 25 de Outubro de 1965, divulgado na imprensa em 5 de Novembro de 1965, no qual, segundo o então subdiretor da PIDE no Porto:

“se faz um ataque cerrado às Instituições políticas vigentes, apoiando-se em inúmeras citações extraídas de encíclicas e discursos dos últimos papas, das quais ressaltam as que se ajustam ao conceito de auto-determinação das nossas províncias ultramarinas, conceito esse que, embora não seja defendido explicitamente, é-o, no entanto, e por forma clara, através das referidas citações.” (Arquivo da PIDE-DGS, PI- 37693, fl. 7)

Um outro processo envolve várias pessoas, merecendo ser salientadas aqui duas informações assinadas por um agente da PSP, que assinalam o fervilhar do associativismo neste final dos anos de 1960 e do início da década seguinte. Em 19 de Abril de 1971, a Polícia de Segurança Pública, através do Comandante Américo António Osório e Cruz, Coronel de Infantaria, envia à PIDE

“cópia de duas informações, referentes às actividades dos componentes dum grupo «cultural» que em 1970 haviam sido admitidos como sócios da Academia Filarmónica Verdi, com sede na Rua Arco do Carvalhão, n.º 158, para pouco depois serem demitidos, por a direcção desta Colectividade se ter apercebido das ideias subversivas (...) Este grupo, conseguiu agora infiltrar-se no Sporting Clube do Rio Seco, sito na Rua Silva Porto, onde dia 8 exibiu o filme denominado «Revolução Francesa», a que assistiram indivíduos com idades entre os 18 e os 30 anos.” (Arquivo da PIDE-DGS, PI- 37693, fl. 2)

A polícia política, que Marcelo Caetano mudara de nome, mas não de intentos, mantinha estas associações sob estreita vigilância, delegando por vezes em agentes da PSP essa função. Numa *Informação Confidencial n.º 49/71*, da PSP, de 12.04.1971 (que se segue a um outra, 48/71, de 6.4.71), refere-se uma sessão de cinema que teve lugar no Sporting Clube do Rio Seco, *“com início às 21h30 e o seu terminus às 00h15, assistindo à mesma indivíduos de ambos os sexos, na noite de 8 para 9 p.p..* (fl.3). Nessa sessão, de que João Reis Antunes é indicado como um dos organizadores, o filme *«Revolução francesa» “todo ele se baseava na reacção dos governados contra o poder governativo, da época de então.”* (fl. 3). Alegadamente

“Conforme ia decorrendo a fita, uma jovem estudante, que me parece chamar-se Maria Alcina (...), residente na Rua da Junqueira (...), ia explicando à assistência a razão que levou o povo francês a tomar reacções contra os poderes constituintes da época e a contribuir daquele modo para certas modificações na política, muito em especial na Europa, querendo dizer com isto por outras palavras que, os portugueses de agora, deviam tomar uma decisão contra a grande camada burguesa.” (fl.3).

É significativo que o agente da PSP identificado e que prestava serviço na 28^a esquadra, refira que *“A assistência me pareceu ser evoluída e até que, a sua maior parte devia ter entre 18 e 30 anos de idade, prestava a maior atenção à Maria Alcina, aquando das suas explicações”* (fl. 3). O polícia considera que *“os Clubes recreativos não foram criados para discussões políticas de factos desta natureza, com pleno consentimento dos membros da sua direcção”*. Assim, mandou vir um carro patrulha *«que não chegou a actuar»*, apesar de uma pessoa do *Cine Clube Imagem*, ter querido suscitar debate, por *“alguém ter feito sinal, que a Polícia se encontrava presente e deste modo, toda a assistência saiu na melhor ordem”* (fl. 4). O guarda informa ainda que

“A maioria da assistência faz parte do Grupo Cultural que em tempos procurou radicar-se nas Sociedades Filarmónicas Verdi e Alunos de Alves Rente, donde a direção os correu devido às suas francas ideias subversivas, procurando agora o Sporting Clube de Rio Seco” (fl. 4).

No informe anterior, nº 48/71, de 6.04.1971, o mesmo guarda comunica que fez diligências para localizar o grupo cultural que tentava exhibir uma peça de teatro intitulada «*Liberdade!... Liberdade*» na Sociedade Filarmónica Verdi, “*não tendo a mesma sido exibida em virtude da intervenção desta polícia*”. Identifica de seguida, com nome, morada e profissão, os membros do grupo, que integra 4 mulheres e 21 homens, ente os quais João dos Reis Antunes. Treze destes são estudantes, três são empregados de escritório, um é delegado de propaganda, outro é serralheiro, mais um é rececionista e os restantes não têm indicada a profissão (fl. 5-6). O guarda informa que se instalaram no Sporting Clube de Rio Seco, com sede na rua Silva Porto “*local onde está a organizar um grupo cénico*” (fl. 6).

“... o referenciado grupo em Novembro do ano findo, todos os seus companheiros entraram para sócios da Sociedade Musical Alunos de Alves Rente, com sede na Rua da Junqueira, nº 202 – Letras ABCD, tentando passados alguns dias colocaram cartazes de origem subversiva, não o conseguindo por a Direcção da dita Sociedade não o consentir, tendo sido os mesmo demitidos em Dezembro do mesmo ano” (fl. 7).

O ímpeto associativo no local de residência era replicado no local de trabalho, as OGMA, ligando-se João Reis Antunes às edições Itau e à livraria Ulmeiro, em Benfica, para conseguir criar uma cooperativa livreira:

“Em Alverca, começámos na compra e venda de livros, eu, o Figueiredo e outros que não me recordo. Começámos no ativismo cultural, a organizar cursos, a convidar pessoas. Entrei na música também, arranjàmos uns contactos com o Itau, com um Júlio Roberto, que tinha ali na Avenida da República um gravador grande. Começámos por gravar coisas do José Afonso, do Luís Cília, gravávamos cassetes e vendíamos lá em Alverca. Depois era a leitura, além do Itau, tínhamos ligações com uma livraria chamada Ulmeiro, que fazia importações de uma editora espanhola, a XYZ, que tinha muita coisa sobre sindicalismo e movimentos sociais. Nós comprávamos esses livros e vendíamos em Alverca.”

Criar uma cooperativa livreira que levasse aos operários livros de circulação difícil ou proibida – não necessariamente sobre política, mas igualmente sobre educação sexual ou ciências sociais – foi a fase que se seguiu, em Alverca:

“Entretanto, aquele movimento cultural com base nos livros dá origem à ideia da formação de uma cooperativa. Já tínhamos contactos com a Livrelco e começa-se a pensar em formar uma cooperativa em Alverca. Fundou-se a Livrope que aliás era para ser Livrop sem 'e' no fim, mas acabou por levar o 'e' no fim. - Livraria-Operário = Livrope. Colaborei no arranque da Livrope e até fui em quem propôs o nome.”

“É nessa altura também que, através dos católicos progressista, especialmente do Wengorovius, entra-se em contacto com o Tempo e o Modo. Também estou mais ou menos na origem da nossa ida para lá. Lembro-me que fui eu que levei lá pela primeira vez o Guerreiro Jorge, num carro, que eu tinha, um dois cavalos. Até tivemos um pequeno acidente na Avenida da República, que deixou uma marca no carro, logo no primeiro dia em que lá fomos.”

Segue-se, neste processo, o afastamento das organizações católicas e a aproximação ao MRPP, que se fundara há pouco:

“Entretanto, em 1970, saio das OGMA de Alverca e venho trabalhar para a Marconi, na Rua de Santa Justa, um emprego bem pago, onde fiquei três anos. Em 1971, comecei a entrar em contacto com o MRPP. (...) O Figueiredo mandou-me falar com o João Machado, dizendo que era para um comité operário, mas não houve comité operário nenhum. Houve logo distribuição de comunicados e três ou quatro reuniões para discutir os pensamentos do Mao Tsé-Tung.”

“Quando assassinaram o Ribeiro Santos, eu já estava organizado nessa altura. Fui ao funeral e estive depois em várias comissões de organização de manifestações, comissões de campo das que se fizeram no Rossio e na Praça do Chile. Era eu, o Saldanha Sanches e outro de que não me lembro. Foram essas manifestações e outras, não convocadas, aquelas de toca e foge.”

“Ainda antes do 25 de Abril, já depois de ter casado em 1973, tive um aparelho técnico em minha casa, em Tires, onde moro ainda.(...) Nessa fase da fábrica casei e, por indicação do partido, aluguei uma casa que foi escolhida pelo Machado e por mim. Andámos a ver casas, onde o Luta Popular pudesse entrar e sair pela janela e onde se pudesse instalar um aparelho

técnico da zona Karl Marx. Era uma casa nova e isolada, numa zona pouco habitada, com possibilidade de fuga pelas traseiras, tendo ao lado um ribeiro. Podia-se entrar e sair com os jornais e os comunicados. Portanto nessa altura, em que trabalhava na SIPE, por 1972, 1973, fiquei responsável pelo aparelho técnico, mais a minha companheira. A minha mulher batia os comunicados à máquina no stencyl. Em regra, vinham já redigidos (...)”

Em Portugal, a última década do Estado Novo ficou marcada pelo crescendo das organizações políticas à esquerda do PCP. Como nota Miguel Cardina,

“As décadas de sessenta e setenta assistiram à chegada de uma nebulosa de militâncias inequivocamente colocadas à esquerda. Os novos andamentos contestatários recusavam as supremacias geopolíticas oriundas do pós-guerra ao mesmo tempo que estimulavam – e eram estimulados – pelas grandes mutações sociais, culturais e morais que atravessavam a época. Um notório jogo de semelhanças agrupava esse feixe plural, suportado na crítica aos partidos comunistas tradicionais, na activação de um internacionalismo de novas cores e na tentativa de alargamento do «político» a domínios considerados pouco antes como exclusivamente privados.” (Cardina, 2010:7).

O maoísmo, sob olhares diferenciados, viria a corroborar esta fragmentação da resistência, com posições distintas quanto à guerra colonial e com a revolução chinesa como pedra de toque:

“Não obstante esta dispersão por várias organizações, a corrente marxista-leninista mobilizou, ao longo de uma década, centenas de militantes e activistas em todo o país e no exílio, recrutados principalmente junto da juventude estudantil e operária, assim como nos meios intelectuais, tendo, nas vésperas do 25 de Abril, dezenas de quadros nas prisões políticas do regime.” (Cordeiro, 1999:421).

Entre essas organizações ganharia impacto público o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP). A universidade fora mudando ao longo da década de 1960, em virtude da necessidade do desenvolvimento do capitalismo português nesses anos, que conduzia à entrada de novas camadas sociais. Também fora dela, nas unidades de produção da cintura industrial de Lisboa, jovens provindos de grupos sociais modestos acediam ao ensino técnico, alguns através da escola noturna, que se conjugava com o dia de trabalho. O movimento cooperativo livreiro – em que o MRPP interveio, através da Livrelco e da Livrope, encerradas como outras cooperativas em 1972 por

recusarem entregar os estatutos aos Governos Cívicos –permitiu a circulação de um conjunto de obras de literatura, de ciências sociais e, sobretudo, de política, aproveitando a conjuntura marcelista. É neste enquadramento, aqui muito abreviado, que se entendem as memórias individuais e coletivas dos que foram militantes do MRPP na década final do Estado Novo e nos primeiros anos após o golpe de 25 de Abril, que vêm sendo recolhidas há vários anos, no âmbito dum projeto mais vasto. Essa memória – coletiva ou particular – é um objeto encontrado e não reclamado pela memória social na atual conjuntura, com a liquidação dos valores subjacentes a essa esquerda radical. Constitui, nas palavras de Enzo Traverso, uma *memória fraca*, pela sua não inscrição e por provir de elementos provenientes de grupos sociais e políticos marginalizados pelos formatos hegemónicos da memória e pela escrita da História (Godinho, 2012; Godinho, 2013b; Godinho, 2014; Godinho, 2015; Godinho e Cardoso, 2013).

Abrir brechas no regime: associativismo e contra-hegemonia

Na obra de Jerome Mintz dedicada aos anarquistas da aldeia andaluza de Casas Viejas, um dos entrevistados, Pepe Pareja, ao comentar a criação do sindicato afirma que *foi como se alguém tivesse estado num quarto escuro e a luz tivesse sido acesa* (Mintz, 1982:31, tradução minha), porque, como diz um outro anarquista entrevistado por Mintz, José Vega, *o mais difícil é ter todos os trabalhadores a cruzar os braços ao mesmo tempo* (Mintz, 1982:25, tradução minha).

“Acender a luz” e conseguir a sincronia da união dos trabalhadores foram também objetivos de vida de João dos Reis Antunes. A narração de vida deste homem demonstra-nos a tripla eficácia do associativismo de bairro: em primeiro lugar, através das associações e clubes resolviam-se problemas básicos do quotidiano, associados à sobrevivência, como demonstra igualmente Dulce Simões, no seu trabalho sobre a Cooperativa de Consumo Piedense (Simões, 2014); em segundo lugar, desfrutava-se de uma convivência entre iguais, que contrariava o mundo hierarquizado pelas classes e vigiado, aí se desenvolvendo um conjunto de atividades de lazer e instrução; em terceiro lugar, em resultado dos anteriores, era um ambiente propício à conversão de uma consciência de classe em consciência política. Por estas duas últimas razões,

foram tão regulamentadas e alvo de vigilância política, como se vê no caso do biografado – e de grande parte do grupo de comensais da Quinta do Cabrinha.

A capilaridade existente entre o associativismo de bairro, em que muitos iniciavam a vida, as emergentes cooperativas livres e não só, as organizações de católicos progressistas, ou os cineclubes, aproximavam uma juventude que tinha um problema comum nessa época, que a levava a transgredir fronteiras de classe dificilmente ultrapassáveis em épocas anteriores: a guerra colonial. António Monteiro Cardoso refere que *“A luta contra a guerra colonial, como questão que afectava toda a juventude portuguesa, constituiu, por isso, um pólo agregador, que conjunturalmente aglutinou jovens oriundos de diferentes classes sociais.”* (Cardoso in Rodrigues, 2011:48). Quando se concatena a história de vida de João dos Reis Antunes com a documentação em torno dela, encontrada no arquivo da PIDE-DGS, é evidente a conexão entre o associativismo e a ação política, nos últimos anos da ditadura, juntando operários, estudantes e membros de grupos instruídos, que em fases anteriores dificilmente se tocariam, como demonstra igualmente João Baía acerca do bairro da Relvinha, em Coimbra (Baía, 2012). Numa abordagem da América latina, Ruth Collier salienta igualmente que o associativismo integra o repertório usado pelos indivíduos no âmbito da ação direta ou para resolver problemas no quotidiano (Collier, 2009). O formato de base organizativo permite, assim, o acesso a bens, serviços e informação, a organização de eventos comunitários e a construção de capacidades por parte dos indivíduos, no âmbito das associações. Também na abordagem da Comuna de Paris, Martin Phillip Johnson (1996) já havia apontado a importância das associações de base, frisando quão fulcrais foram para a Comuna quer a ação revolucionária levada a cabo por estruturas populares, quer a organização política que foi possível construir a partir delas (Johnson, 1996:3)

A replicação dos formatos associativos nesta última fase do Estado Novo fica patenteada num outro processo do arquivo da PIDE-DGS consultado, que corresponde ao mesmo período cronológico, na zona oriental de Lisboa – Xabregas, Poço do Bispo, Marvila e Chelas – outros jovens estudantes e operários usavam os cafés, as coletividades e as escolas noturnas como espaços de encontro, de junção entre a atividade política clandestina, a cultura e o lazer. A polícia política intervinha com a mão pesada, nesse caso com um operário ferido por um agente.

No que toca ao lazer entre os membros dos grupos sociais subalternos, há um caminho entre aquilo que Lynn Abrams denomina a espontaneidade e a organização (Abrams, 1992: 132), entre a rua e o palco, a participação e a assistência. João Reis Antunes refere o teatro, o canto, a dança, o campismo, os jogos, a leitura, aparentemente enquadrando a cultura e lazer *das* classes trabalhadoras, bem diferente da conceção de cima para baixo, *para* as classes trabalhadoras, sob diferentes perspetivas, a que procediam alguns organismos corporativos, nomeadamente a FNAT.